



A Desinformação no Brasil

Osmar José de Barros Ribeiro*

O artigo trata de uma atividade exercitada diuturnamente contra as nações no mundo atual, sem que as elites decisórias, a população em geral, ou mesmo ambas, se dêem conta do processo de perda da identidade nacional a que estão sendo submetidas.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

A Desinformação consiste, em última análise, na manipulação de conhecimentos e/ou dados, sejam eles reais ou não, com o objetivo de iludir ou confundir um centro de decisões adverso, tanto com objetivos táticos quanto estratégicos. Seu emprego tem lugar em quaisquer das expressões do Poder, sendo o êxito medido pelo grau de aceitação alcançado pelas proposições feitas.

Quem se der ao trabalho de analisar, de forma sucinta mas com olhos críticos, o noticiário da mídia sobre o nosso País, logo verificará que somos alvo de várias operações de desinformação, umas partidas do exterior e outras de origem interna, todas

buscando, com maior ou menor sucesso, enfraquecer a vontade de lutar e a capacidade de resistir aos "cantos de sereia" que nos chegam das mais variadas fontes, sejam eles dirigidos à população em geral ou às elites em particular.

Da análise, não restará dúvida quanto ao fato de estar o Estado brasileiro sendo minado em suas bases, conforme afiança Alvin Toffler, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*,¹ por "contraforças apátridas que vão, dos mercados globais de moedas e de títulos da dívida pública, à Internet; da Igreja Católica, às inúmeras seitas religiosas mundiais; dos narcotraficantes, às organizações internacionais, como o Greenpeace".

Os alvos preferenciais da Desinfor-

mação, conforme assinalado anteriormente, podem ser as elites decisórias, a população em geral ou mesmo ambas. Hoje, como poucas vezes em nossa História, é verdadeira a afirmação de Goebbels, o conhecido "papa" da propaganda nazista: "nós não falamos para dizer alguma coisa, mas sim para obter um determinado efeito".

A *Desinformação* encontra campo fértil na pseudo-imparcialidade dos que temem a tomada de posições claras e incisivas e, não menos grave, entre aqueles cuja preguiça mental os leva a emitir opiniões sem conhecimento de causa, com base em idéias criadas, sob medida, pelas partes interessadas na sua disseminação.

E é nesse palco, o nosso vasto Brasil, que os atores (principalmente os *agentes de influência*, as organizações não-governamentais — ONGs, e os meios de comunicação social) se movimentam, contando com uma audiência sempre propensa a aceitar, sem discussão, suas idéias.

OS AGENTES DE INFLUÊNCIA

Por definição, *agente de influência* é todo aquele que se vale da posição que ocupa, do prestígio de que goza e da conseqüente credibilidade (ainda que imerecida), para fazer valer os interesses de grupos econômicos (sejam eles nacionais ou não), de partidos políticos ou mesmo, em certos casos, de governos estrangeiros, sem levantar suspeitas quanto às razões que motivam seu procedimento. Deles, os mais perigosos são os *inocentes úteis* (aqueles movidos pela vaidade exacerbada, pelas convicções políticas, pelas crenças religiosas ou por motivações outras, inclusive financeiras), que colaboram de forma espontânea e deixam-se manipular, qual marionetes, por seus mentores.

Em geral, o *agente de influência* possui um grande poder de penetração na mídia, sendo mesmo — e não poucas vezes — criado pela mesma. Outras tantas são "discretamente" postas em evidência por seu controlador e aceito, sem pensar, o papel de porta-voz do mesmo, em geral oculto das luzes dos refletores.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Sem sombra de dúvida, a mais marcante das características das ONGs é a de possuírem aquela liberdade de ação negada aos órgãos oficiais, o que lhes permite a abordagem de assuntos vedados a estes, sem qualquer preocupação com eventuais repercussões negativas.

A *Fundação da Comunidade Britânica*, responsável pela cunhagem da expressão "ONG" na década de 60, define-as como sendo "*organizações voluntárias, independentes, sem ânimo de lucro*", que buscam "*melhorar as circunstâncias e possibilidades das pessoas desprotegidas*" e "*atuar em interesses e temas que são prejudiciais à sociedade em geral*".

Para bem aquilatar o papel assumido pelas ONGs na vida nacional, é válido recorrer a levantamento feito pela revista *Veja*, em sua edição de 9 de fevereiro de 1994. À época, existiam, no Brasil, 5 mil ONGs, com um orçamento de 700 milhões de dólares² e empregando 80 mil pessoas, das quais 60 mil trabalhando em tempo integral. Destas, a quase totalidade possuía algum curso superior e cerca de 14 mil tiveram ativa militância política contra a Revolução Democrática, nas décadas de 60 e 70. E tal fato é facilmente

2. Dos quais 80% oriundos de doações externas.

explicável pois, segundo o atual deputado estadual pelo PT/RJ e propagandista da Greenpeace, Carlos Minc, antigo militante esquerdista, "as ONGs ocupam o vazio deixado pela crise das ideologias e pela queda do comunismo".

Por falar em Greenpeace, apenas como exemplo, alguns dos objetivos declarados dessa ONG quanto à sua ação na Amazônia são:

- "ampliar as fronteiras de atuação, ao tempo em que melhora os mecanismos de atuação necessários para atingir, com boas possibilidades de êxito, a população local;

- "procurar, pela utilização de linguagem simbólica e utilizando material adequado, atingir a população do interior, em geral analfabeta, buscando conscientizá-la quanto aos problemas ecológicos da área. Ao mesmo tempo, criar pequenas células voltadas para a atuação da Greenpeace na Amazônia;

- "buscar expandir e consolidar a Organização na área, criando bases para futuras ações de controle ambiental ou qualquer outra atividade, desde que ativas da Organização" (o grifo é nosso).

Para as ONGs, os conceitos de "nação" de "povo" estão superados e vivemos, nos dias que correm, uma confrontação entre a ideologia no governo mundial, supranacional, e o conceito de Estado nacional, baseado nos direitos que protegem o cidadão (povo).

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Se, nos regimes totalitários, a mídia é vista como um instrumento para dominar, dirigir e mesmo manipular a opinião pública em benefício dos interesses dos dirigentes

de plantão, nas democracias os meios de comunicação social desempenham um papel de não menor importância, tanto como veículos de propaganda quanto por representarem, se devidamente explorados, uma ativa força política. Nem por outra razão ela vem sendo o instrumento de campanhas internacionais que buscam, pelo emprego de artifícios os mais diversos, influenciar e iludir o grande público. Quem, se não a mídia, apresentou a Guerra do Golfo como uma cruzada contra o obscurantismo de Saddam Hussein quando, na verdade, sob a égide da ONU, o que se buscava nada mais era que a manutenção do fluxo de petróleo para o Ocidente? Afinal, muito particularmente em nossos dias, quando a maior parte das pessoas aceita sem discutir, como fatos fidedignos, tudo o que lhes é imposto pela mídia, o engano, a fraude, o embuste são coisas de fácil execução.

Assim, é forçoso convir que os meios de comunicação social tornaram-se um instrumento de dominação, posto serem capazes de manipular a chamada *opinião pública* conforme os interesses de grupos políticos e/ou econômicos.

ALGUNS EXEMPLOS DE DESINFORMAÇÃO

Torna-se válido, por todos os motivos, lembrar que as estratégias de dominação ou de proteção de poder atribuem singular importância aos êxitos obtidos sem o emprego da força, haja vista que este acarreta custos e riscos normalmente elevados. Destarte, mais e mais, os meios militares vêm sendo utilizados em respaldo às ações empreendidas em outras expressões do Poder ou como fator de dissuasão para enfrentá-las. Por outro lado, a cada dia fica mais óbvio o inte-

resse das nações desenvolvidas em manter as demais num estágio de subordinação. A essa atitude, bem poderíamos chamar de *neocolonialismo*. Trata-se da firme e indifereçável tendência de perpetuar o poder nas mãos do G7,³ onde os norte-americanos são a nação militarmente mais forte.

Esses países, cumpre salientar, dão grande importância a temas tais como *democracia, direitos humanos e ecologia*, posto possuem elevado apelo na opinião pública mundial. Contudo, nas decisões tomadas pela ONU, o que menos existe é democracia, já que suas atitudes são determinadas pelos interesses dos países com assento permanente no Conselho de Segurança.

Outrossim, em nome da defesa dos direitos humanos e da preservação da ecologia é possível justificar quase tudo: da intervenção militar para combater o narcotráfico ao desmembramento de um território ou o estabelecimento de zonas de exclusão, tanto a fim de garantir a sobrevivência de "nações" indígenas quanto de minorias étnicas ou, até, a pretensão de internacionalizar os recursos naturais de uma nação, sob o capcioso argumento de constituírem *patrimônio da humanidade*.

Com relação ao Brasil, tais temas vêm sendo utilizados em tentativas de limitar a soberania nacional sobre um vasto trato territorial localizado na Região Norte, impedindo ou dificultando a exploração daqueles recursos naturais indispensáveis ao desenvolvimento não só regional como do País como um todo. Na verdade, não somos os únicos alvos de tal ação, pois temos a

compania das outras nações citadas no célebre *National Security Study Memorandum - 200*, elaborado pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos. O documento em questão é bastante claro quando esclarece que a localização das reservas minerais conhecidas poderá, eventualmente, criar uma incômoda dependência dos países industrializados em relação às importações oriundas dos menos desenvolvidos. Trata-se, em última análise, do temor de que conflitos internos nos citados países possam vir a prejudicar a continuidade do fluxo de matérias-primas.

E, para resolver o problema, que outro caminho mais fácil de ser trilhado se não aquele que dispensa o

emprego da força e conta, além do mais, com ouvidos predispostos a ouvir, nos próprios países-alvo, sejam quais forem os motivos, o canto de sereia da *Desinformação*? Isso posto, fica evidente o objetivo de obter o controle dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo, buscando cercear o seu desenvolvimento em todas as expressões do Poder, particularmente no caso do Brasil, fazendo o esforço principal nos seguintes aspectos:

- estabelecimento de um sistema de soberania limitada sobre áreas de elevado potencial econômico, sob os mais variados pretextos (da preservação do meio ambiente à proteção de "minorias étnicas");
- imposição de um verdadeiro *apartheid* tecnológico ao País, restringindo seu acesso às tecnologias mais avançadas e levando-o, em consequência, a um estado de quase total dependência dos países desenvolvidos;
- transformação das Forças Armadas em milícias voltadas exclusivamente para a Se-

Em nome da defesa dos direitos humanos e da preservação da ecologia é possível justificar quase tudo.

3. Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá, Alemanha, Itália e Japão.

gurança Interna guardando, se for julgado conveniente, pequenos núcleos de excelência a serem empregados no contexto de forças internacionais, sempre sob o guarda-chuva das grandes potências.

A SOBERANIA LIMITADA

Sob tal aspecto, nada melhor nem mais elucidativo que a obra *A Farsa Ianomâni*, do Coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto (1929-1995), editada e distribuída, aos seus assinantes, pela Biblioteca do Exército. Trata-se de um livro que não pode deixar de ser lido por todos os que se preocupam com o futuro da nossa Pátria comum. Em suas páginas, de forma simples e direta, como convém ao soldado que foi o seu autor, é esmiuçada — e o assinala o brilhante geopolítico General Meira Mattos na "Apresentação" — "a farsa que se armou em torno da questão ianomâni", na verdade uma bem urdida operação de desinformação que objetiva, em última análise, "a internacionalização da Amazônia, em nome da sonhada criação de áreas do interesse da humanidade, cujo controle passará para as mãos dos países do Primeiro Mundo. É uma volta ao velho sonho da Hiléia Amazônica (1948). Infelizmente, naquela ocasião, como agora, tivemos brasileiros entusiasmados pela tese entreguista — em 1948, o nosso representante na UNESCO, Professor Paulo Berredo Carneiro e, no Governo Collor, o Professor José Antônio Lutzemberger, Secretário do Meio Ambiente".

Seguem-se, na impossibilidade de transcrever *A Farsa Ianomâni*, alguns trechos que demonstram a veracidade de estar em andamento uma gigantesca operação de desinformação — com o apoio da "mídia" nacional e internacional, de organizações

não-governamentais estrangeiras e brasileiras, assim como dos sempre presentes agentes de influência — que buscam, em última análise, alienar a nossa soberania sobre a região e, como consequência, ferir a nossa integridade territorial.

"Comandante da Fronteira de Roraima nos idos de 1969, 1970 e 1971, vi com surpresa as sucessivas denúncias de um pretense genocídio dos ianomânis, que renomados jornais do Brasil e do exterior publicaram, a partir de 1973. No período em que lá estive, ..., não ouvi jamais qualquer menção a uma tribo com esse nome. Não entendia, também, como poderia ter surgido tanta gente assim em um lugar pouco antes despovoado, ou quase isso.

"Nas três vezes em que sobrevoei as montanhas cobertas de florestas que queriam dar aos ianomânis, só encontrei índios nos famosos postos dos 'missionários' norte-americanos. E, pelo que pude então saber, mal chegavam a quinhentos."

"As estimativas demográficas da imprensa, no entanto, variavam de umas poucas dezenas a cerca de dez mil índios, conforme pretendiam anunciar a catástrofe ou demonstrar a necessidade da criação de um país ianomâni independente do Brasil."

"Celebidades do Primeiro Mundo, indignadas com as notícias que chegavam do Brasil, protestavam na televisão contra a passividade do nosso governo e pregavam, por causa disso, a intervenção das grandes potências, para salvar os índios."

"No entanto, para surpresa de todos, nenhuma resposta foi dada, difundindo-se, em consequência, pelo silêncio, a impressão de 'mea culpa', que estimulou o prosseguir

mento e a virulência crescente da campanha difamatória.”

“E, dez anos mais tarde, em Boa Vista, ..., vim a saber da edição da célebre portaria reservada interministerial que, vedando o acesso de brasileiros a oeste do meridiano de 62º W, consumava a capitulação do governo diante da conspiração dos imperialistas de fora com os traidores de dentro do Brasil.

“Pior ainda foi ver que o documento oficial repetia, nas razões invocadas para fundamentar medida assim extrema, o cediço arrazoado de suspeitíssimas instituições ‘religiosas’ e ‘científicas’ européias e norte-americanas, culminando com o reconhecimento da necessidade de transformação da imensa área despovoada em parque ianomâmi.

“Tudo, tudo, menos a troca de país por parque, era cópia fiel de publicações provenientes da Holanda e da Áustria, com a assinatura da fotógrafa Cláudia Andujar que, de repente, se intitulara antropóloga e porta-voz da CCPY.

“Para saber que os ianomâmi não existiam, teria bastado consultar as memórias de Rondon, ou, simplesmente, procurar o vocábulo no Aurélio. Mas nada disso importava aos pressurosos tecnocratas, na ânsia de brindarem a fotógrafa estrangeira com o meridiano que ela pedia. De resto, pouco se lhes dava saber o lugar exato onde estavam os ianomâmi naqueles confins perdidos a 2.500km de Brasília, que mal podiam localizar no mapa de escala 1/1.000.000. Pois, afinal, a interdição era em Roraima e não em São Paulo.”

“O resultado foi esse novo Tordesilhas, traçado outra vez no escuro, pelos ministé-

rios do Interior, da Justiça e das Minas e Energia.”

“A Pátria é eterna e pertence a todos. ... Entregar metade de Roraima a índios que não têm pátria é trair o Brasil.”

No Capítulo intitulado “A Ianomização dos Índios”, o autor historia a ação da fotógrafa belga (travestida de antropóloga) Cláudia Andujar, primeira pessoa a referir-se a eles “... em noticiário de surpreendente destaque para o assunto. ... Porque não se fazia idéia do enorme poder externo que estava por trás do insólito anúncio e, assim, inaugurava solenemente sua interferência na área”.

Prova cabal dessa interferência é a Exposição 03/81, do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (Christian Church World Council), redigido em Genebra, no mês de julho de 1981 e contendo a “Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0”, dirigidas às “Organizações Sociais Missionárias no Brasil”, definido pelo autor como sendo “... um documento incisivo, que não deixava dúvidas sobre o propósito da entidade em preparar a dominação futura da Amazônia com medidas impeditivas de ocupação e exploração da área por brasileiros”.

“Uma dessas consistia na inclusão de diferentes tribos em reservas de grande extensão territorial, que as englobassem e servissem de base física para a posterior criação de países indígenas independentes, sob a tutela das Nações Unidas, os quais, devidamente estruturados em condições mínimas de existência, seriam oportunamente transferidos ‘para a jurisdição das grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estivessem reduzidas a um limite crítico’ ... É difícil entender a insignificante divulgação que teve. Não fosse isso, ninguém mais po-

deria negar, a esta altura, a intenção hostil e o propósito colonizador dos países representados no nefando conselho."

A razão de ser do interesse estrangeiro por tão significativa parcela do território brasileiro fica bem entendida quando da leitura do Capítulo 18: "... o Planalto do Raraima está contido em uma formação geológica conhecida como 'Cinturão de Pedras Verdes', com a maior reserva mundial de minérios de ferro, cromo, cobre, manganês e ouro. É uma faixa ... com cerca de 100km de largura e 2200km de extensão. A gigantesca jazida abrange a reserva ianomâni, no Brasil e na Venezuela, de modo que, conseguida a criação da reserva macuxi na região do planalto, ficaria, quase toda, em mãos indígenas

"Segundo o anuário Goldfields publicado nos Estados Unidos, 'o Brasil é um gigante adormecido cheio de ouro. E, por causa disso, está na lista negra das mineradoras'. Mantida a descomunal riqueza embaixo da terra, elas se previnem contra o surgimento de eventuais concorrentes e de indesejáveis alterações no mercado mundial. E, oportunamente, poderão ainda valer-se de facilidades legais por nós admitidas, para se apossarem de tudo para sempre... ."

Apenas como complemento, vale recordar que, no dia 30 de julho de 1993, o jornal *O Globo* noticiava, sob o título "*ONU planeja dar independência a tribos indígenas*", que cinco "peritos"⁴ haviam produzido um texto a partir do qual pretende-se "*dar às comunidades indígenas do mundo inteiro o*

direito à autodeterminação". Segundo a correspondente do referido jornal em Genebra/Suíça, o texto "*é uma espécie de primeiro rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas que a ONU pretende aprovar nos próximos anos ...*".

O "APARTHEID TECNOLÓGICO"

Aqui, as coisas tornam-se menos óbvias e, quanto a elas, melhor dissertariam aqueles que trabalham na área, mais diretamente sentindo o problema. De qualquer forma, buscar-se-á exemplificá-las.

Inicialmente, cabe assinalar, há urgência em desenvolvermos a capacitação científico-tecnológica que há de permitir enfrentarmos os desafios do presente e do futuro, sob pena de nos tornarmos mera colônia ou entreposto comercial das nações desenvolvidas. Muito embora não nos movam projetos hegemônicos em relação aos nossos vizinhos, ainda que busquemos o bom relacionamento com todos os países do mundo, se não formos capazes de desenvolver tecnologias apropriadas às nossas condições, em particular nosso material de defesa, no caso específico das Forças Armadas, amanhã estaremos sujeitos a toda sorte de pressões e estas, para uma nação que deve orgulhar-se do seu passado, não ter vergonha do presente e confiar no futuro que busca construir, sob todos os aspectos, intoleráveis. É conveniente não esquecer que os países desenvolvidos, capitaneados pelos Estados Unidos, exercem rigoroso controle sobre a disseminação das novas tecnologias por eles rotuladas de "sensíveis", sob o capcioso argumento de que elas poderiam alimentar intenções belicosas entre os países do Terceiro Mundo. Dessa forma, sob tão esfarrapada

4. As aspas justificam-se pelo fato de os referidos elementos serem naturais da Grécia, de Cuba, do Japão, da Nigéria e da Ucrânia, países que, todos sabemos, possuem vastos contingentes indígenas em seus territórios.

desculpa, os países do Norte terminam por inibir o crescimento econômico e produtivo dos países do Sul, enquanto eles mesmos mais e mais investem em Pesquisa e Desenvolvimento.

Isso posto, a necessidade nos leva, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*,⁵ à prática do "contrabando oficial" pois o "*Brasil dribla embargo de países industrializados ao fornecimento regular de tecnologia, comprando clandestinamente componentes e programas de computador na Rússia*".

Sobre os problemas referentes à construção de foguetes e de motores com propulsão nuclear, o mesmo diário afiança, em continuação, que "*A partir daí (1984), só cresceram as dificuldades de acesso à 'tecnologia sensível' até mesmo no mercado negro*".

"*Entre 1990 e 1993, esses programas militares esbarraram em dificuldades quase insuperáveis, por causa da pressão externa. O embargo ao Brasil continua, sob a justificativa do controle de proliferação de armas. Na vida real, serve para manter um cartel de detentores de tecnologia.*

"*Ali (no Congresso Nacional, em 1992), numa palestra, o Brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, diretor do Centro Tecnológico da Aeronáutica, deu indícios da trilha clandestina percorrida: 'Tudo que precisamos para o VLS está sendo bloqueado. Fomos proibidos de ter sistema de navegação inercial, fibras de carbono, túneis transônicos e supersônicos, entre outros itens. A alternativa tem sido recorrer à guerrilha contra as superpotências.'*"

Que tais "pressões", exercidas não só externa quanto internamente, tiveram e têm

pleno êxito está patente no fato de ainda não possuímos o VLS nem o submarino nuclear. E que dizer da redução, à sua expressão mais simples, da nossa outrora promissora indústria bélica autônoma, vista com hostilidade pelos Estados Unidos, França e Inglaterra? E tudo isso, é lícito reconhecer, por força da ação externa que encontra eco entre brasileiros nem sempre bem intencionados (agentes de influência) mas que possuem um grande poder sobre os órgãos políticos e de comunicação social. Ao fim e ao cabo, a todos eles interessa apagar da memória brasileira a contribuição dada pelos Institutos de Pesquisas Militares ao desenvolvimento econômico e tecnológico do País, numa clara demonstração de que as despesas com Segurança, ao contrário do que pretendem impingir ao povo, têm sua razão de ser e merecem ser apoiadas.

Estamos, melancolicamente, retornando ao ponto de partida: dependemos do estrangeiro para possuímos carros de combate (ainda que de segunda mão), armas de maior calibre (cuja substituição e reparo carecem de fornecedores externos), aeronaves e embarcações mais sofisticadas, equipamentos eletrônicos, etc. Amanhã, se a cobiça internacional terminar por levar-nos a tanto, teremos de combater com meios de fortuna. Será o preço a pagar pela desídia dos que ignoram a afirmação de Clausewitz, hoje tão verdadeira quanto no passado, de que "*a guerra é a continuação da política por outros meios*".

TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM MILÍCIAS

Em 1990, sendo George Bush presidente dos Estados Unidos e como resultado de

5. Edição de 30 de abril de 1995.

um processo iniciado bem antes, os círculos governamentais norte-americanos deram a conhecer uma obra, editada em espanhol, com o título *Los Militares y la Democracia: El Futuro de las Relaciones Civico-Militares en America Latina*.⁶ Em resumo, no livro em questão, era sugerido que fosse desencadeada uma "guerra econômica" contra as Forças Armadas latino-americanas como forma de conter sua influência nos respectivos países. Algumas das medidas propostas eram as seguintes: substituição das Forças Armadas por Forças Regionais de Defesa, posto que o fim da ameaça comunista tornara as primeiras sem finalidade; emprego das Forças Armadas em ações de proteção ao meio ambiente e combate ao narcotráfico; realização de cortes orçamentários e drástica redução de efetivos.

Luigi Einaudi, embaixador norte-americano junto à OEA quando do Governo Bush, em artigo publicado na edição de primavera da revista *Joint Forces Quarterly*, em 1995, reivindica para a Organização capacidade militar própria e ameaça dizendo que se as nações ibero-americanas continuarem apresentando objeções a isso, as invasões ocorrerão sem a sua permissão, seja pelos Estados Unidos, como ocorreu no Panamá, ou pela ONU, como ocorreu no Haiti. O ex-embaixador insiste, finalmente, em que a Junta Interamericana de Defesa (JID) seja subordinada à OEA.

A quase total dependência do exterior para a obtenção de material bélico, a brutal queda dos orçamentos militares, que se refletem, no Exército por exemplo, na redução do tempo de serviço militar, na "flexibi-

lização" do expediente com vistas à economia de rancho, etc., e o sucateamento dos órgãos de pesquisa, tanto civis quanto militares, demonstram estarem em curso as medidas preconizadas. A elas, deve ser somada a ação solerte daqueles que buscam antagonizar as Forças Armadas com o povo, como se eles não fossem — como realmente o são — parte dele. É a Desinformação, a manipulação de conhecimentos e/ou dados, de forma facciosa, buscando iludir a Nação como um todo, pregando o redimensionamento, sem maiores e mais acurados estudos das Forças Armadas brasileiras ou, mesmo, a pura e simples extinção da expressão militar do Poder Nacional. Há que desmascará-la, pois o seu êxito, não há dúvida, inviabilizará a existência de uma força de dissuasão capaz de permitir-nos independência na discussão de temas importantes para a nossa sobrevivência como nação independente, tais como o pleno exercício da soberania nacional sobre a Amazônia.

Em 19 de setembro de 1996, o governador do estado do Rio de Janeiro apresentou a idéia de utilizar as Forças Armadas no combate ao contrabando de armas (jornal *O Globo*), tarefa constitucionalmente atribuída à Polícia Federal. No mesmo dia, *O Estado de São Paulo*, em despacho proveniente de Buenos Aires, sob o título "Militares argentinos podem tirar férias coletivas", afirmava que "*O chefe do Estado-Maior do Exército e herói da Guerra das Malvinas, o General Martín Balza declarou que se o Governo não aumentar o orçamento do Exército, ele terá de dar férias coletivas a mais de 80% da tropa*". A primeira notícia, se um dia vier a concretizar-se, significará o total desvirtuamento da missão das Forças Armadas e a sua virtual transformação em Guarda Nacional, subordinada, quem sabe, aos governos

6. A obra em questão foi custeada pelo Governo, com a assessoria, para a sua elaboração, do Exército, dos Departamentos de Defesa e do Estado dos Estados Unidos.

estaduais. A segunda é um alerta pois, afinal, tudo o que acontece no país irmão termina por também acontecer aqui,⁷ haja vista a semelhança das políticas econômicas adotadas em ambas as nações.

Desde sempre as Forças Armadas foram antagonizadas pelos que almejam a ordem, o caos, como o ambiente mais propício à realização dos seus mesquinhos objetivos

políticos (ou revanchistas) esquecidos, por ignorância ou má-fé, das palavras de Ruy Barbosa: "A fragilidade dos meios de resistência de um povo acorda nos vizinhos mais benévolos

veleidades inopinadas, converte contra eles os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos ..."

CONCLUSÃO

Nosso País vem sendo alvo de operações de desinformação realizadas tanto por governos estrangeiros quanto por grupos políticos e/ou econômicos (nacionais e estrangeiros) a eles aliados em virtude de interesses os mais diversos.

Por pertinente, cabe recordar que as ações diplomáticas de nações fortes e ricas podem levar os países mais fracos a subordinarem seus interesses, mesmo os mais legítimos, a decisões tomadas externamente. A criação da Reserva Ianomâmi, feita a toque de caixa às vésperas da ECO-92, é um exemplo.

A dependência de mercados compradores e vendedores, os empréstimos tomados para o pagamento de juros relativos a débi-

tos anteriores, as decisões econômicas tomadas por pressões externas, tudo vem se revelando, hoje como ontem, medidas mais eficazes e economicamente rentáveis que o simples emprego da força para fazer valer a vontade de um país sobre outro.

O sucateamento dos órgãos de pesquisa, a pouca importância ou o desprezo às inovações tecno-científicas autóctones, ain-

Desde sempre as Forças Armadas foram antagonizadas pelos que almejam a ordem, o caos, como o ambiente mais propício à realização dos seus mesquinhos objetivos políticos.

da que relativamente mais caras, conduzem ao *apartheid* tecnológico e à dependência em relação ao possuidor do conhecimento.

A inoculação, no povo brasileiro, dos germes do desânimo, da falta de patriotismo, da admiração basbaque pelos valores estrangeiros, da licenciosidade, da aversão às Forças Armadas, da vergonha de ser brasileiro, vem abrindo caminho, de forma sub-reptícia, para a dominação estrangeira, em detrimento do interesse nacional.

E tudo, não nos iludamos, faz parte de um conjunto de *operações de desinformação* lançadas por diferentes centros políticos e/ou econômicos, com o emprego de meios distintos mas com um só objetivo: abastardar nosso povo e suas Forças Armadas, como forma de tornar mais tranqüilo e sem riscos o controle da Nação.

Do artigo intitulado "*Esvaziamento das Forças Armadas põe país em risco*", de autoria do conhecido analista político Carlos Chagas e publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*,⁸ versando sobre um Seminário sobre as Forças Armadas promovido pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, extraímos os trechos seguintes,

7. E os problemas dos militares argentinos já os temos, embora em menor grau.

8. Edição de 25 de maio de 1992.

bem ilustrativos de tudo o que foi anteriormente afirmado:

"Diz a Constituição que nossas Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer deles, da lei e da ordem. Para cumprir esses objetivos, Exército, Marinha e Aeronáutica precisam ocupar os seus espaços. Existir, aprimorar-se, modernizar-se e estar em condições de atuar.

"Será velhacaria, ..., partir da premissa de que, porque estão desatualizadas em material e armamento, devem desaparecer ou ser reduzidas. 'Se não servem para ganhar uma guerra (e quem diz que não servem, não prova), melhor seria nos rendermos previamente. Esse raciocínio canhestro, por incrível que pareça, parte daqueles que, até pouco tempo, bajulavam ou estimulavam as Forças Armadas brasileiras a crescer' ... É o secretário de Defesa americano que, sem tirar nem por, prega o esvaziamento das forças armadas da América Latina, sob o argumento de que melhor seria o continente dispor de um único Exército. O dele, é claro, mesmo vestido com o uniforme da Organização dos Estados Americanos ou da

ONU. Ficaria mais fácil para os 'irmãos' do Norte destituir do controle das empresas aqui do Sul os incômodos caçulas.

"Mas há também aqueles que, aqui dentro, sustentam a mesma coisa ... Uns se acoplam em gênero, número e grau com a palavra de ordem dos patrões lá de cima. Outros entram pelo reino da fantasia, reivindicando que as Forças Armadas se dediquem ao combate ao tráfico de drogas, a subir morros atrás de marginais e a policiar as ruas. ...

"A defesa da Pátria não é e nem será, por muitos séculos, algo etéreo, estratosférico ou invisível. Trata-se de tarefa imprescindível e necessária. ... Valeria deixar as Forças Armadas subindo a Rocinha ou o Morro do Pavão e deixando as fronteiras vazias e abandonadas?"

"Mas é isso precisamente o que pretendem os velhacos. Deixar o caminho livre para a internacionalização de territórios que ainda não ocupamos plenamente. Estender fronteiras que hoje são limitadas pelo Rio Grande, quem sabe até o Rio Amazonas? Ou, porque não, até o Rio São Francisco, para depois chegarem à Baía do Prata?" □

"Os filósofos já nos avisaram de que, dentre todas as buscas, a da felicidade é a mais desafortunada, e que a própria felicidade nunca foi encontrada, salvo no caminho de algum outro objetivo."

Bernard Shaw